



Realização



PREFEITURA DE
CAMPINAS

CARTA CAMPINAS Posicionamento Encontros Regionais ICLEI

2º Encontro Regional Sudeste - ICLEI Brasil

Conectando Cidades Rumo à COP 30: Compromisso com a Ação Climática Multinível

Campinas, 12 de junho de 2025

CONTEXTO

O ano de 2025 marca um ponto de inflexão na trajetória global de enfrentamento da crise climática. A realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), sediada na cidade de Belém, na Amazônia, é mais do que uma conferência: é um chamado à responsabilidade, à escuta e à transformação. É uma convocação para que os compromissos climáticos globais sejam enraizados na realidade dos povos, dos territórios e das cidades.

As cartas da Presidência da COP 30 no Brasil convidam governos, organizações e indivíduos de todo o mundo a se engajarem em um mutirão climático, lançando o conceito de contribuições autodeterminadas – em complementaridade às nacionalmente determinadas (NDCs), na implementação das metas do Acordo de Paris. **O mutirão climático é um chamado à mobilização coletiva e voluntária em prol da justiça climática, inspirado na prática tradicional brasileira do trabalho conjunto para resolver desafios comuns.**

Nesse esforço, os governos locais desempenham um papel fundamental. As cidades concentram não apenas os maiores impactos e emissões, mas também possuem o potencial de liderar soluções concretas: desde a adaptação às mudanças climáticas até a redução das desigualdades, passando pela transição energética, inovação na gestão pública e formulação de políticas alinhadas às necessidades reais da população. **A eficácia da ação climática está diretamente ligada à capacidade de articular o global com o local, promovendo uma governança climática multinível, colaborativa e verdadeiramente transformadora.**



Realização



PREFEITURA DE
CAMPINAS

Foi nesse espírito que o ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, como porta-voz dos governos subnacionais no sistema da UNFCCC, lançou a iniciativa **Town Hall COPs**: espaços participativos, organizados localmente por cidades e parceiros, que promovem **diálogos públicos estruturados entre sociedade civil, juventudes, governos locais e representantes nacionais** sobre os rumos da política climática. Inspiradas no modelo das conferências internacionais do clima, as Town Hall COPs têm como propósito traduzir metas globais em prioridades locais e garantir que os saberes e necessidades dos territórios estejam representados nas decisões nacionais e multilaterais.

No Brasil, os **Encontros Regionais ICLEI 2025** incorporam e aprofundam essa proposta. Organizados em todas as regiões do país, os encontros conectam os governos locais brasileiros à agenda climática global, fortalecem a cooperação entre os diferentes níveis de governo, ampliam a participação social e constroem, progressivamente, um **posicionamento conjunto dos territórios brasileiros rumo à COP 30**. Mais do que preparatórios, são espaços vivos de formulação política, legitimação territorial e construção de um novo modelo de governança climática.

Neste ciclo de encontros, as cidades brasileiras reafirmam seu protagonismo, respondem ao chamado do Mutirão Climático e demonstram que o caminho para o sucesso da COP 30 começa nos bairros, nas periferias, nas escolas, nos consórcios regionais e nos planos municipais de ação climática.

PREÂMBULO

Considerando que as cidades e regiões urbanas concentram os maiores desafios da agenda climática contemporânea;

Considerando que os governos locais são agentes indispensáveis para a implementação de soluções climáticas eficazes, com co-benefícios sociais, econômicos e ambientais;

Considerando a decisão 16/22 da COP 16, em Cali, que clama pela intersecção indispensável da agenda climática e de biodiversidade, reconhecendo que são sistemas sociais e ecológicos complexos.

Considerando os avanços da Nova Agenda Urbana ocorrida no 12º Fórum Urbano Mundial, em 2014, no Cairo, buscando uma integração da resiliência climática e natureza urbana, promovendo a inclusão de grupos vulneráveis e consagrando a cultura como ativo urbano.



Realização



PREFEITURA DE
CAMPINAS

Reconhecendo as recentes conquistas dos governos locais nas agendas climáticas globais, bem como as diretrizes para a ação climática local legitimadas nas últimas Conferências das Partes (COPs) — como a iniciativa CHAMP, as campanhas Race to Zero e Race to Resilience, as iniciativas MAP e SURGe, as reuniões ministeriais sobre clima e urbanização e o espírito de colaboração que une todas as organizações da *constituency* LGMA;

Reconhecendo os compromissos firmados na Convenção sobre os Direitos da Criança, no Comentário Geral 26 sobre os direitos das crianças e o meio ambiente, com foco especial na mudança climática, no artigo 12 do Acordo de Paris e nos artigos 225 e 227 da Constituição Federal; e

Inspirados pelo espírito colaborativo e transformador do **Mutirão Climático** convocado pela Presidência da COP 30, e pelo modelo de escuta ativa, articulação institucional e protagonismo territorial proposto pelas **Town Hall COPs**;

Reafirmamos, por meio desta **Carta Campinas - Posicionamento do 2º Encontro Sudeste do ICLEI Brasil**, nosso compromisso coletivo com uma ação climática ambiciosa, inclusiva, financeiramente viável e socialmente justa, enraizada nos territórios e conectada aos processos globais.

A partir dos diálogos realizados em Campinas, propomos como fundamentos estruturantes da atuação climática do Brasil rumo à COP 30:

- **Integração entre as agendas de biodiversidade, clima e urbana:** Priorizar a intersecção das agendas de biodiversidade, clima e urbana, articulando os compromissos das COPs 16 e 30, com foco na conservação de biomas da região Sudeste, como a Mata Atlântica e os ecossistemas costeiros. Destaca-se o papel de soluções baseadas na natureza (SBNs) como estratégia para mitigar emissões, restaurar áreas degradadas, proteger a biodiversidade e fortalecer a resiliência urbana.
- **Reconexão do cidadão à natureza:** educação climática como política pública para uma mudança transformadora que promova a reconexão do cidadão à natureza, facilitando o pertencimento à comunidade e ao território, alterações nos hábitos de consumo e a atuação de lideranças locais na transição ecológica indispensáveis para o enfrentamento da crise climática e da perda de biodiversidade.



Realização



PREFEITURA DE
CAMPINAS

- **Justiça climática como eixo estruturante:** priorizar a integração efetiva de comunidades mais afetadas no planejamento e implementação da agenda climática, com o apoio a projetos de ação e empoderamento climático e o reconhecimento do protagonismo de lideranças infanto-juvenis, mulheres, pessoas negras, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e coletivos periféricos, em seus diferentes níveis de vulnerabilização. A equidade e o diálogo intergeracional devem ser princípios da ação climática.
- **Valorização do conhecimento e de soluções locais:** fomentar tecnologias e práticas que valorizem e incorporem o conhecimento local, ancestral e tradicional, promovam a economia circular e fortaleçam a adaptação e resiliência urbana.
- **Ação climática enraizada nas periferias urbanas:** Reconhecer as periferias e os territórios informais como espaços essenciais para a efetividade da agenda climática. É nesses locais que os impactos da crise climática se manifestam com maior intensidade — e onde também florescem soluções inovadoras, enraizadas na coletividade e na vivência cotidiana. Promover a implantação de infraestrutura verde e serviços adaptados à realidade local, como hortas comunitárias, arborização, drenagem sustentável, moradia digna e energia limpa. Valorizar a atuação de coletivos locais, mulheres negras, juventudes e lideranças comunitárias, garantindo apoio técnico e financeiro à geração de empregos climáticos e à construção de resiliência a partir dos próprios territórios.
- **Transversalidade da agenda climática nas políticas públicas locais:** integrar ações de mitigação, adaptação e resiliência nos instrumentos de planejamento do território, e nas políticas sociais, de inovação tecnológica, de educação, de saúde e de geração de emprego e renda, com o objetivo de garantir a proteção da vida.
- **Federalismo climático em prática:** Fortalecer a ação coordenada entre o governo federal, estados e municípios da região sudeste Sudeste – incluindo arranjos metropolitanos como a RMC para estruturar diretrizes, metas, instrumentos e indicadores que viabilizem a implementação de projetos de mitigação e adaptação climática pautados em serviços ecossistêmicos e que incorporem Soluções Baseadas na Natureza (SBNs).
- **Cooperação multinível:** construir e fortalecer parcerias entre governos, academia, atores privados, organizações internacionais e sociedade civil, com o objetivo de consolidar uma governança multinível e multissetorial que potencialize a



Realização



PREFEITURA DE
CAMPINAS

implementação e difusão da agenda local e global unificada de clima e biodiversidade.

- **Ampliação do acesso a mecanismos de financiamento climático:** garantir condições específicas para governos locais, assegurando que a responsabilidade financeira pela ação climática não recaia de forma desproporcional sobre estados e municípios, especialmente aqueles com menor capacidade fiscal e maior vulnerabilidade. Fortalecer a capacidade institucional e operacional dos municípios para captar, executar e monitorar projetos alinhados às suas realidades. Ressalta-se a importância da definição de estratégias de financiamento climático para governos subnacionais, incluindo o fomento e a inclusão em planos plurianuais, LOA e LDO, para prever os recursos para implementação das ações climáticas.

CHAMADO À AÇÃO

A Carta Campinas é um ponto de partida. Seu conteúdo será ampliado ao longo dos Encontros Regionais do ICLEI em 2025, com base nas contribuições dos diversos territórios brasileiros. Ao final deste ciclo, apresentaremos na COP 30 um posicionamento construído a partir da escuta e da experiência concreta das cidades.

Convocamos todos os governos locais, parceiros institucionais e atores da sociedade a somarem-se a este Mutirão Climático, transformando os compromissos da COP 30 em políticas públicas concretas, em financiamento real e em justiça ambiental efetiva.

Campinas, 12 de junho de 2025